

L E I nº 3.126/2011

Data ; 09 de junho de 2011.

Súmula: Declara de utilidade pública e interesse social área ser desmembrada da Fazenda Reunidas Bandeirantes Ltda. e autoriza a implementação de atos visando a desapropriação amigável ou judicial dessa área com o fim de implantação do Parque Industrial. E dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação, amigável ou judicial, os seguintes lotes de terras a serem desmembradas da Transcrição nº. 584 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes adstritas a Fazenda Reunidas Bandeirantes, conforme rumos, divisas e confrontações a seguir Lote A: tomando-se como ponto inicial o marco 0 (zero), situado no limite da faixa de domínio da rodovia PR 436 (12,50m do eixo) e na divisa com terras do campus da Universidade Estadual Norte do Paraná (UENP), segue a divisa limitando com esta, com azimute e distância de 59º50'16" – 544,23 metros até o marco 1, onde deflete à direita e limitando com a área remanescente da transcrição nº. 584, segue com azimute e distância de 149º50'16" – 227,29 metros até o marco 2, situado no limite da faixa de domínio da linha de alta tensão da COPEL (10,00 m do eixo), onde deflete à direita e pelo limite citado, segue até o marco 4 com azimutes e distâncias de 2 – 3) (249º18'44" – 219,69 m e 3 – 4) 253º33'28" – 343,15 metros, num total de 562,84 metros. No marco 4, também situado no limite da faixa de domínio da PR 436, deflete à direita e pelo limite referido segue com azimute e distância de 331º55'41" – 159,86 metros até encontrar novamente o marco 0, início da descrição, fechando assim o perímetro que contem a área de 122.472,00 metros quadrados (cento e vinte e dois mil quatrocentos e setenta e dois metros quadrados) ou 12,2472 hectares ou ainda 5.0608 alqueires paulista. Lote B: tomando-se como ponto inicial o marco 0A, situado no vértice formado pelo limite da faixa de domínio da rodovia PR 436 (12,50 metros do eixo) com o limite da faixa de domínio do lado direito, tomado o sentido de Andirá, da linha de alta tensão da COPEL (10,00 m do eixo), segue a divisa limitando com este, com azimutes e distâncias 0A – 1A) 73º33'28" – 339, 51 metros e 1A- 2A) 69º18'44" – 224,03 metros, num total de 563,54 metros até marco 2A, onde deflete à direita e limitando com a área remanescente da transcrição nº. 584, segue com azimute e distância de 149º50'16" – 157,26 metros até o marco 3A, situado no limite da faixa de domínio do desvio da rodovia BR 369 (24,00 m do eixo), onde deflete à direita e pelo limite citado, segue até o marco 10A com azimutes e distancias de 3A-4A) 239º02'31" – 32,88 metros; 4A – 5A) 149º02'31" – 7,00 m; 5A-6A) 239º02'31" – 260,00m (17,00 m do eixo); 6A – 7A) 329º02'31" – 8,00m; 7A – 8A) 239º02'31" – 200,00 m (25,00 m do eixo); (8A-9A) 329º02'31" – 25,00 m e 9A – 10A) 239º02'31" –

66,97 m (50,00 do eixo), num total de 599,85 metros. No marco 10A, também situado no limite da faixa de domínio da PR 436, deflete à direita e pelo limite referido segue com azimute e distância de 331º55'41" – 256,61 m até encontrar novamente o marco 0A, início da descrição, fechando assim o perímetro que contém a área de 119.528,00 metros quadrados (centos e dezenove mil quinhentos e vinte e oito metros quadrados) ou 11,9528 hectares ou ainda 4,9392 alqueires paulista, totalizando assim uma área de 242.000,00 m² (duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados) ou 24,20 hectares ou ainda 10 (dez) alqueires paulista,

Artigo 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigável ou judicialmente o bem imóvel descrito no artigo 1º desta Lei com o fim único e exclusivo de instalação do Parque Industrial Municipal, mediante indenização justa e prévia em Títulos da Dívida Pública, na forma do artigo 137 da Lei Complementar n. 024-2011, que institui o Plano Diretor Municipal, assim como implementar todas as medidas judiciais ou extrajudiciais para a concretização da finalidade adstrita a esta Lei.

Artigo 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão implementadas a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante Decreto Executivo, a suplementá-lo em caso de necessidade e a regulamentar também através de Decreto a emissão dos Títulos da Dívida Pública a serem emitidos para pagamento da indenização prevista no artigo 1º.

Art. 4º. Para fins de formalização do preço e forma de pagamento da justa indenização o Poder Executivo constituirá por Decreto Municipal comissão com essa finalidade específica, a qual emitira uma avaliação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 09 de junho de 2011.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal